

Entre a *estrutura* e a *mudança*: breve discussão sobre o lugar das instituições de ciência no período imperial (1840-1880)

Between the *structure* and the *change*: brief discussion on the place occupied by the scientific institutions in the Empire of Brazil (1840-1880)

Millena Souza Farias

Doutoranda em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro
millena.msf@gmail.com

Recebido em: 20/10/2020

Aprovado em: 18/12/2020

Resumo: Este trabalho pretende discutir o lugar das instituições de ciência no Brasil Imperial, partindo do aporte conceitual proposto por Ilmar Mattos em *O Tempo Saquarema* e de uma abordagem antropológica embasada pela obra de Marshall Sahlins. Ainda é possível usar o conceito de *estrutura* para pensar a dinâmica das instituições científicas no período imperial? Para isso, promovemos um diálogo com a historiografia da ciência, identificando como ela apresenta as instituições científicas neste contexto, dentro da ideia de ciência nacional. Discutiremos como se estabeleceram as bases estruturais para a criação de instituições científicas de cunho nacional e como estas estavam alinhadas a um projeto político pensado e arquitetado dentro dos quadros do grupo saquarema entre as décadas de 1840 e 1860. Por fim, trataremos dos abalos que geraram a ruptura nessa estrutura e uma mudança no panorama das instituições científicas a partir da década de 1870.

Palavras-chave: Instituições científicas; estrutura saquarema; Brasil imperial.

Abstract: This paper wants to discuss “the place” occupied by the scientific institutions in the Empire of Brazil. The start point is the conceptual apparatus proposed by Ilmar Mattos and Marshall Sahlins, respectively a historian and an anthropologist. They both use the concept of *structure* to determine a certain period of a historical process and the dynamics of social relations. Is this concept still useful to understand the process of creating scientific institutions in the 19th Century, in the Empire of Brazil? For this, we are going to make an approach closer to the historiography of science looking forward to how the authors are presenting the scientific institution in this context. The critical point is to present how the structural basis of this institutions were related to the political project of the saquaremas and aligned with their ideal of national science. In conclusion, we want to pay attention to how this structure breaks out in the decade of 1870, and how this rupture affects the scientific institutions.

Introdução: aproximando abordagens da História e da Antropologia para compreender o Império brasileiro no século XIX

Escrever sobre problemáticas históricas com “dois olhos no presente e um olho no passado” (CHALHOUB, 1998, p. 12) é um exercício pertinente ao ofício do historiador. Na busca por novos horizontes interpretativos, os historiadores têm lançado mão de novas abordagens teóricas e metodológicas. Um diálogo mais estreito com a Sociologia e a Antropologia também tem permitido analisar a complexificação dos grupos sociais e de suas instituições nos mais diversos ramos da historiografia.

O historiador italiano Carlo Ginzburg, nos oferece em *Os fios e os rastros* (2007) um caminho para pensar na construção de uma narrativa histórica que evidencie a singularidade do trabalho do historiador na atualidade. Os historiadores, segundo ele, devem ter grande sensibilidade na produção de suas “narrações históricas”, interpretando com cuidado os rastros deixados por suas personagens a fim de *tecer os fios* que compõem o complexo e emaranhado tecido social (GINZBURG, 2007, 8). Seus trabalhos são muitas vezes referenciados pelo diálogo interdisciplinar e, principalmente, por sua aproximação com a Antropologia. Ele realiza suas interpretações em diferentes escalas, aproximando ou distanciando o foco sobre seus objetos históricos a fim de melhor compreendê-los e este livro, exemplifica o *lugar* que a narrativa histórica ocupou em seus trabalhos. O percurso percorrido por Ginzburg em seus quinze ensaios sobre o lugar da produção historiográfica, nos serviu de inspiração para avaliar (ao menos pretensamente) o *lugar das instituições científicas* nos quadros historiografia sobre a política imperial brasileira.

Para este exercício de reflexão, pretendemos realizar a discussão em duas instâncias. Em primeiro lugar, optamos por utilizar o trabalho de Ilmar Mattos, *O Tempo Saquarema* (1987), o qual demarca fundamentalmente um quadro interpretativo (teórico-metodológico) para pensarmos a construção do Império do Brasil, bem como de suas instituições de ciência. Mattos apresenta aquilo que ficou conhecido como ‘estrutura do tempo saquarema’ — balizada, embora não rigidamente, entre as décadas de 1840 a 1860. Utilizaremos também trabalhos posteriores do autor e de seus comentadores (MATTOS, 2018; ALONSO, 2014).

A estrutura saquarema foi erigida sobre a elaboração de uma ‘tradição nacional’ associada primariamente às instituições criadas a partir de 1840 e que legitimaram a agenda política e cultural no Segundo Reinado (ALONSO, 2014, p. 95). Também discutiremos brevemente a crise que, por sua vez, levou à derrocada dessa estrutura.

A fim de refletir sobre esta percepção *estrutural*, dialogaremos com o trabalho *Ilhas de História* (2003) do antropólogo estadunidense Marshall Sahlins. Escrevendo também em finais da década de 1980, Sahlins alinha-se com uma abordagem estruturalista da história, baseada nas noções de *evento*, *conjuntura*, *estrutura* e *mudança* (SAHLINS, 2003). Mattos e Sahlins operacionalizam o conceito de estrutura de forma semelhante, pois ambos buscam identificar elementos que são culturalmente experienciados e mobilizados no corpo social, elencando o agenciamento e intercâmbio de categorias historicamente construídas, e destacando a institucionalização de tais elementos como agenda das elites políticas.

Sahlins define que, do ponto de vista da antropologia, a estrutura que dá forma a uma determinada sociedade é composta por um sistema de relações simbólicas de ordem cultural e que somente é possível compreendê-la na perspectiva diacrônica. Partindo então da noção de ‘processo histórico’, identifica que estas relações extrapolam o âmbito do simbólico, visto que a sociedade é composta por elementos essencialmente dinâmicos e mutáveis. Para este autor, é pela perspectiva relacional e pela constante negociação que se evidenciam os interesses de determinados grupos sociais em detrimento de outros (SAHLINS, 2003, 18).

Embora Mattos não tenha utilizado diretamente o trabalho de Sahlins, pretendemos aqui relacioná-los trazendo suas categorias analíticas para o período imperial: o interesse de um grupo — os saquaremas — é materializado em um conjunto de ações e direcionamentos que imprimem na sociedade um certo grau de coerência histórica de modo a viabilizar a ação governativa de uma classe senhorial de base escravista e *estruturada* por um conjunto de instituições políticas, econômicas, sociais e, sobretudo, científicas, as quais tinham papel-chave na legitimação do *status quo* de cada camada do tecido social (MATTOS, 2018).

Intenta-se, por conseguinte, não somente trazer à tona estas visões sobre o panorama de construção política do Estado imperial, mas também evidenciar algumas discussões atuais da História da Ciência, a fim de refletir sobre o modo como o aparato institucional científico foi edificado e

mobilizado para atender à agenda saquarema. Compreendemos que o espaço deste trabalho é limitado para discutir de modo mais pormenorizado os meios como as instituições operam classificações e contribuem para moldar percepções na coletividade. É preciso ter em vista o fato que as instituições “fixam processos que são essencialmente dinâmicos” e “ocultam [de certo modo] a influência que eles exercem”, canalizando nossas percepções para formulações relativamente padronizadas (DOUGLAS, 1998, 109). É com este olhar, que pretendemos realizar uma breve análise sobre o lugar ocupado pelas instituições de ciência nesse contexto.

Estrutura, evento e mudança: do 7 de abril de 1831 a um Império em construção

O período imperial apresenta uma série de continuidades e rupturas, não sendo possível delimitá-las por um recorte fixo, mas sim por um processo histórico que muitas vezes sobrepõe um conjunto de eventos e ações de grupos sociais em constante disputa. No entanto, esse processo histórico é entrecortado por conjunturas, como por exemplo, as provocadas pela abdicação, pelo convulsionado Período Regencial e, posteriormente, pela declaração da Maioridade.¹ Para Ilmar Mattos, é a partir de 7 de abril de 1801 que se pode observar uma profunda transformação de ordem política e cultural, a qual teria efeitos que abalariam o Império pelas próximas duas décadas (MATTOS, 2018, p. 16). O Império criado em 1822 poderia ser definido como heterogêneo e anômalo se comparado aos demais processos de independência que ocorreram na América nesta mesma década.

Dialogando com as categorias de Sahlins, podemos propor a interpretação do 7 de abril como um *evento* que demarca o início de processo de mudança na *estrutura* que caracterizava o Império até então. De que forma se delinearía a estrutura do cenário brasileiro até 1831? É possível nomeá-la de “tradição colonial”, herdeira da Monarquia portuguesa sob os moldes de uma sociedade de Antigo Regime (ALONSO, 2014, p. 98). A tradição aqui corresponderia não só às “visões de mundo”, mas, sobretudo, sobre os “sistemas de classificação” que se impõem ao conjunto da sociedade (MATTOS, 1987, p.112).

¹ O resultado destas disputas teria levado à emergência de uma classe senhorial, a qual, na década de 1840, passou a ser associada a um projeto político conservador tomando a frente do processo de “construção do Estado imperial”. Tal projeto, visava conferir estabilidade ao cenário político social após o convulsionado período que se compreende da proclamação da independência ao final do período Regencial. Podemos elencar por alto a Guerra Cisplatina, a Confederação do Equador, as insurreições do período regencial, a Guerra do Paraguai, entre outros eventos de caráter local e que também tiveram repercussões nos direcionamentos da direção saquarema.

Na linha da interpretação de Mattos, Angela Alonso, ressalta que a larga experiência do período colonial e o advento da transmigração da corte para o Brasil permitiram a instalação de uma mentalidade muito mais ligada à metrópole europeia do que apartada desta:

“O problema era espinhosos: tratava-se de construir uma definição da identidade nacional compatível com as instituições políticas. Na forja da nacionalidade deveria entrar a marca da civilização europeia da qual a nação nova desejava fazer parte; daí a construção da imagem de um bom colonizador português”. (ALONSO, 2014, p. 98).

Em *O Gigante e o Espelho* (2018) — uma atualização das ideias apresentadas em *O Tempo Saquarema* —, Mattos, sistematiza o que chamamos aqui de ‘tradição colonial’. Ela caracteriza-se por três bases tradicionais, a saber: a) “a lógica do poder territorialista” — herdada do longo processo de expansão colonial —, b) “a relação entre soberano e povo, por meio das câmaras municipais” — sistema simbólico de reprodução a nível local das relações altamente hierarquizadas e ritualísticas do Antigo Regime —, e, por fim, c) o “monopólio da aplicação da justiça” — pela concentração desta nas mãos do soberano (MATTOS, 2018, p. 21).

Além disso, associada à questão territorialista, encontra-se, por sua vez, a base econômica escravidão/latifúndio/monocultura. Embora esse sistema econômico tenha sido herdado do período colonial, foi somente durante o governo saquarema que a escravidão se tornou legal e politicamente, a base e sustentáculo da ordem imperial. A existência do sistema escravista influía principalmente sobre os sistemas de classificação social em vigência. Conforme destacou Mattos, “são essas representações que acabam por dirigir a conduta social, porque é através delas que cada indivíduo ou grupo social toma consciência de sua relação com os demais e com o próprio mundo” (MATTOS, 1987, p. 112). Cabe lembrar que o Antigo Regime, de caráter estamental e ordenado por hierarquias pouco flexíveis, tinha a sua legitimidade construída sobre a escolha divina do soberano (NOVAIS, 1979). Ou seja, havia um entrelaçamento dessas instâncias, no qual a ordem cultural era, antes de tudo, determinada previamente pela reprodução da ordem divina.

No entanto, considerando o processo iniciado com o 7 de Abril, ocorre uma certa mudança no cenário e a ‘tradição colonial’ é suplantada por um projeto que virá estabelecer a ‘tradição nacional’ (ALONSO, 2014, p. 93). De acordo com Angela Alonso, a facção saquarema promoveu

um projeto político para o Segundo Reinado sustentado por três elementos estruturantes: a) uma percepção de liberalismo definida como “liberalismo estamental”, de lógica patriarcal com base na propriedade privada (terras e escravos); b) pelo “catolicismo hierárquico”, de forma diferente da colonial, pois aqui ele passa a ser utilizado para legitimar a ordem social e política pela utilização das paróquias como palco do ‘teatro das eleições’ — tomando aqui uma metáfora de Richard Graham (1997) —; e, c) pelo “indianismo romântico”, tão bem expressado na literatura do período e na produção de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (ALONSO, 2014, p. 95). A autora identifica a partir do projeto da direção saquarema, as classificações e dinâmicas advindas desses elementos estruturantes passaram a ser operacionalizadas em função do atributo nacional. Mas esta transição de projetos político-sociais foi gradual e conturbada.

Fato é que a congregação desses elementos expressava a imagem de um projeto que desejava esquadrihar os contornos de uma identidade nacional brasileira (MATTOS, 2018, p. 24). Mas isso implicava em redesenhar a estrutura. Essa ideia de *estrutura* evidenciada no trabalho de Mattos é representada, portanto, por um conjunto de elementos em disputa: categorias, visões de mundo, lugares sociais, narrativas e instituições. Para a insurgência da “tradição nacional” era preciso redefinir as categorias sociais internas, mas também se apropriar de elementos externos. Mattos realizou duas considerações acerca dessas apropriações.

A primeira é a sobre as causas que caracterizam o 7 de abril como ponto de inflexão; *evento* chave para a história do Império do Brasil. Ao analisar a reorganização do calendário imperial e suas repercussões, Mattos insere esse *evento* — fato culturalmente experienciado — numa *conjuntura* mais ampla: “as profundas mudanças propiciadas pela “Era das Revoluções” e pela “Era da Abolição” (MATTOS, 2018, p. 22). Com a abdicação e a quebra definitiva da manutenção da linha sucessória com a Monarquia portuguesa, emergiam na cena a figura de um imperador *brasileiro* — que embora criança, adquiria mais legitimidade que seu pai — e um território *nacional* — pois era visto não mais por suas regionalidades provinciais, mas em sua totalidade, enquanto ‘Império do Brasil’. (MATTOS, 2018, p. 22)

O termo *brasileiro* ganhava espaço enquanto categoria elementar para a determinação da nacionalidade. Conforme ressalta Mattos, deixavam de ser “portugueses americanos” e “deveriam, porém, sentir, pensar e agir como brasileiros, acima de tudo” (MATTOS, 2018, p. 25). Do mesmo

modo, a noção de território nacional passa a ser colocada como critério elementar para a determinação de uma unidade de pertencimento, isto é, o local de nascimento e o patronímico a ele associado “deslocava-se para outro espaço, incomensuravelmente mais amplo e imaginado, a nação” (MATTOS, 2018, p. 25). Ocorria o que Sahlins chama de “reavaliação funcional de categorias” (SAHLINS, 2003, p. 20). Assim, “enquanto a categoria dada é reavaliada no curso da referência histórica [conjuntura], as relações entre as categorias também mudam: a estrutura é transformada” (SAHLINS, 2003, p. 174).

Sahlins, por exemplo, ao estudar a sociedade que habitava as Polinésias, estabeleceu que o “amor” era um atributo, além de um instrumento social que determinava o controle do direito à terra e ao status, fosse através de relações sexuais e fosse através de conexões de parentesco (SAHLINS, 2003, p. 30). As diferentes instâncias da sociedade eram organizadas por um sistema de classificação que determinaria quem pertencia ao povo e quem era estrangeiro ou externo àquela sociedade.

A segunda consideração realizada por Ilmar Mattos é sobre a reorganização do sistema simbólico de ordenamento social por meio de atributos. Neste sentido, quais elementos comporiam a estrutura do tempo saquarema? Três atributos são elencados em seu trabalho, são eles: *liberdade*, *propriedade* e *nacionalidade* (MATTOS, 2018, p. 26). Esses atributos fornecem os critérios de determinação das três categorias que definiriam lugares sociais e institucionais: o *mundo do governo* ou *da boa sociedade* — restrito à atuação da *classe senhorial*, a qual concentra os atributos de liberdade, nacionalidade e propriedade) —, o *mundo da desordem* — composto pelo que se entendia enquanto “povo mais ou menos miúdo” e que possui os atributos de liberdade e nacionalidade, sendo-lhe vedado o acesso à propriedade — e, por último, o *mundo do trabalho* — restrito os escravos, que representariam a ausência total de atributos (MATTOS, 2018, p. 26). Esses três mundos unidos dão corpo à ordem imperial, construída, segundo o autor, após uma sequência de ações políticas que caracterizaram o chamado ‘Regresso conservador’ ao final da década de 1830.

Compreendemos os atributos apresentados por Mattos em correspondência ao atributo “amor”, utilizado como exemplo por Sahlins. Liberdade, propriedade e nacionalidade determinavam o quadro geral das lógicas sociais do período. O que determinava o lugar dos indivíduos nos “mundos” eram os atributos, e partir disso se delineavam o *status quo* e a esfera em que ele estava situado dentro da ordem imperial. A legislação do período indica o forte interesse da classe senhorial

em criar o maior número de critérios e obstáculos para evitar a mobilidade entre esses mundos. Como imprimir estas categorias tão a fundo na sociedade para que elas fossem efetivas e determinantes das esferas sociais? Através de quais meios e instrumentos?

O lugar das instituições de ciência na edificação do projeto saquarema

Antes de adentrar na discussão deste tópico, gostaria de retomar aqui o que foi rapidamente exposto no último parágrafo da introdução. Lá, expusemos que as instituições fixam (ou ao menos tentam fixar) processos que são essencialmente dinâmicos, repletos de tensões, negociações, conflitos, entre outras coisas. Mary Douglas nos recorda da necessidade de corporificar as instituições, aproximando-as da dimensão social e distanciando-as daquele lugar etéreo que elas ocupam no imaginário coletivo (DOUGLAS, 1998, p. 147).

Ao mover nossa lente para a sociedade imperial, discutimos brevemente o modo como Ilmar Mattos desenha os princípios, as bases e os atributos da estrutura saquarema. Para que esta se sustentasse e reproduzisse, havia a necessidade latente de que o Estado imperial — independente e em construção — criasse instituições que se aproximassem mais de sua realidade local, de sua “nacionalidade”. A identidade brasileira emergente deveria estrategicamente se distanciar do espectro da passagem do Antigo Regime português na América e era indispensável uma capilarização e enraizamento dessa nova identidade pelas demais províncias. E cabe ressaltar que a classe senhorial considerava necessário concentrar o fluxo de sua produção no Rio de Janeiro, cidade que já centralizava grande parte das sedes de instituições políticas de maior espectro.

Embora o foco de Mattos recaia sobre estas instituições políticas, podemos aproximá-lo da dimensão das instituições científicas. Consideramos que a mesma estratégia de capilarização e enraizamento foi aplicada e que elas fazem parte dos elementos que marcam a mudança estrutural entre o Primeiro e Segundo reinados. Esse processo de estabelecimento de novas bases teria se estendido até a década de 1860, quando a Guerra do Paraguai, um novo evento-chave, desencadeou o processo de fragmentação da *estrutura saquarema*.

Entre o final da década de 1830 e a de 1860, delineou-se um novo quadro de instituições científicas acompanhado de um recorte primariamente voltado para o atributo da *nacionalidade*. Isto não é novidade e tal assunto já foi objeto de vários estudos da historiografia da ciência a partir da década de 1980.

A história institucional da ciência, por sua vez, passou por uma renovação: das narrativas que exaltavam os modelos eurocêntricos difusionista² e universalista da ciência (AZEVEDO, 1955), para narrativas que se voltam para o âmbito local, valorizando elementos e sujeitos históricos em suas particularidades. Como bem destacou o historiador mexicano Juan José Saldaña, as narrativas elaboradas entre as décadas de 1930 e 1960 foram marcadas por um profundo “mimetismo metodológico do qual derivava um eurocentrismo incômodo” (SALDAÑA, 2000, p.15). Para ele, “esses projetos concebiam a ciência como um fator de desenvolvimento” (SALDAÑA, 2000, p.15).

É com a renovação historiográfica desencadeada em finais dos anos 1970 que surgiram trabalhos que buscaram analisar a importância das instituições de ciência criadas ao longo do período imperial brasileiro sob novas lentes. As críticas foram realizadas em diversas frentes e todas elas combatiam o caráter essencialista das análises anteriores. Neste passo, historiadores brasileiros se engajaram na produção de teses, livros autorais e coletâneas que discutissem a cultura científica, as instituições, as comunidades, os estabelecimentos e práticas de ensino, as correntes de pensamento e os espaços de ciência fora do corpo institucional oficial do Estado imperial (FERRI e MOTOYAMA, 1979; FIGUEIRÔA, 1997; 1998; 2000; HEIZER e VIDEIRA, 2001; EDLER, 2003; ANDRADE, 2003; DANTEs, 2001, MARINHO, 2008; BEDIAGA, 2014)³.

Um exemplo disso é a coletânea *Espaços de ciência no Brasil: 1800 – 1930* (2001), organizada pela historiadora Maria Amélia Dantes. Os textos são originários de um congresso realizado em novembro de 2000. O livro propõe um exercício de “congregar historiadores e historiadores da ciência em uma reflexão sobre a presença das ciências no período imperial” (DANTEs, 2001, p.226). O livro reúne artigos de referências da historiografia imperial, como Manuel Salgado, Flávio Edler e Lúcia Maria Paschoal Guimarães bem como; referências da historiografia das ciências no Brasil,

² Ao leitor menos entrosado com a História da Ciência, cabe a explicação sobre os chamados “modelo difusionista” e “universalista”. O modelo difusionista define a produção de conhecimento científico pautada na bipolarização e hierarquização entre centro/periferia. Um dos expoentes deste modelo, George Basalla, propunha, em 1967, que a Europa concentrava centros de produção de teorias científicas que seriam “difundidas” (spread) por suas instituições durante o período de expansão colonial às demais regiões sob sua influência (periferias). Em uma segunda etapa, as teorias científicas eram apropriadas por cada periferia, adaptando-os às características e demandas locais. Haveria então, um ‘transplante’ das instituições. Após essa fase de adaptação emergiria, então, a chamada ‘ciência colonial’; vista obrigatoriamente como tributária de um modo de fazer ciência notadamente europeu. Tal modelo de três estágios serviu de referência para inúmeros trabalhos no campo da história da ciência, sendo também muito criticado por carregar uma lógica colonialista e imperialista.

³ Elencamos aqui apenas alguns trabalhos que marcaram espaço por suas contribuições teórico-metodológicas. Seria impossível indicar todos os que foram produzidos na última década, dada a profusão de teses, dissertações e artigos que foram publicados neste período.

como Lorelai Kury, Antônio Augusto Passos Videira, Sílvia Figueirôa, Luiz Otávio Ferreira, Heloisa Bertol Domingues, Maria Margareth Lopes, entre outros.

Dantes traça um diagnóstico: existe “um aparente paradoxo, que corresponde, na verdade, a uma visão de ciência e de História da Ciência” (DANTES, 2001, p. 228). Tal paradoxo se dá sobre a concepção de ciência que se consolidou no período pós Segunda Guerra Mundial, a qual vinculava ciência e tecnologia ao desenvolvimento econômico. Como aponta a autora, a própria concepção de ciência se modifica na décadas posteriores e, com isso, as teses que defendiam um modelo de ciência e de produção de conhecimento passam a ser criticados sob um novo prisma: “a ciência como prática social contextualizada que se universaliza em um processo de transformações e adaptações” (DANTES: 2001, p. 230).

Deste modo, a partir da ampliação do próprio conceito de “história institucional”, foi possível a realização de estudos com novos olhares sobre instituições imperiais, como escolas de engenharia, faculdades de medicina, comissões geográficas e geológicas, as estradas de ferro, entre outras.

Apresentemos, então, as instituições de ciência edificadas no período imperial, sem perder de vista as categorias e os elementos estruturantes apresentados nos tópicos anteriores. Herdadas do processo de transmigração da cômte, temos o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) (1818), o Museu Real (posteriormente chamado de Museu Nacional) (1818), e a Academia Militar da Cômte (união da academia Militar e de Guardas-Marinha, em 1832). Na década de 1830, foram criadas a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) (1832) (EDLER, 1999), a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) (1827) (DOMINGUES, 1995; 1996; 1997) e a Comissão Geológica do Império do Brasil (CGB) (1875) (FIGUEIRÔA, 1997).

Algumas destas instituições sofreram reformas em seus estatutos durante as décadas de 1850 e 1860 e outras, como a CGB e o Instituto Politécnico Brasileiro (IPB), foram criadas especificamente para atender ao anseio de ampliar o controle do território imperial. Ademais, buscava-se também mapear e identificar traços e potencialidades característicos desse Estado-monárquico em construção, possuidor de um território tão extenso e com características geográficas tão díspares e tão demarcadas.

Há ainda o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGB) (1838) — instituição privada, mas de forte caráter político — onde se realizavam estudos e expedições científicas em diversas áreas do conhecimento como, por exemplo, a Arqueologia (FERREIRA, 2002; 2007), e, também; os Imperiais Institutos de Agricultura como um todo, do Rio de Janeiro (1860) (BEDIAGA, 2014), da Bahia (1859), de Pernambuco (1860), Sergipe (1860) e Rio Grande do Sul (1861) (ARAÚJO, 2010; 2012).

Os institutos podem ser visto como espaços em disputa. Os institutos, enquanto aparelhos de Estado, tinham função de produzir suas narrativas sob as lentes que legitimam, nada mais nada menos, do que o *status quo* da classe senhorial. Contudo, apesar de serem frequentados pela *boa sociedade* — para utilizar as categorias de Mattos — e por muitos dos indivíduos pertencem ao *mundo do governo*, eram também lugares de formação educacional e profissional de uma geração de intelectuais emergentes das classes médias.

O IHGB, fundado em 1838, ficou notoriamente conhecido pela produção de narrativas históricas alinhadas com um dos três pilares da estrutura saquarema, o indianismo romântico (ALONSO, 2014, p. 95). Os trabalhos publicados em sua revista, imbuídos de uma perspectiva científica, delineavam e reforçavam os elementos da figura indígena na composição da *nacionalidade* brasileira. Esta era, sobretudo, uma estratégia utilizada para englobar os grupos indígenas neste atributo uniformizador e, com isso, também assegurar que o território por eles ocupados era parte do território nacional (GUIMARÃES M., 1988, p. 6). Deste modo, a operacionalização do atributo *nacionalidade* deixou marcas profundas na trajetória institucional do IHGB. É em grande parte pelo engajamento dessa instituição, que a história no tempo saquarema deixa de ser “apátrida” — ou de estar associada aos antes chamados de *portugueses americanos* —, ela e se torna a história nacional. Como bem definiu Angela Alonso, “tratava-se de construir uma definição da identidade nacional compatível com as instituições políticas” (ALONSO, 2014, p. 95).

Inseridos nas discussões sobre o rumo das ciências na segunda metade do século XIX, os saquaremas buscaram meios de dinamizar e diversificar a economia brasileira, tão dependente do comércio de grosso trato e da produção de matérias primas para a exportação (mormente café, açúcar, tabaco e algodão). Para Mattos, as instituições do período estavam imbuídas “de uma

concepção utilitarista da cultura e das artes, assim como de crença na função da ciência a serviço do progresso” (MATTOS, 2018, p. 29).

É neste ponto que os Imperiais Institutos de Agricultura adquirem proeminência. Seguindo a tendência, o Estado, em parceria com as províncias, tentava realizar uma distribuição mais equilibrada, criando em menos de dois anos, cinco institutos. Há que se notar, que eles estavam subordinados à administração, em última instância, do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), situado no Rio de Janeiro. Havia uma intrínseca relação entre agricultura, civilização e progresso no projeto Saquarema e seu sucesso dependia também dos trabalhos desempenhados pelos institutos.

Para Nilton Araújo, a institucionalização da agronomia nestes espaços demarca a força política atuante dos representantes desses espaços na corte, bem como a “aglutinação e canalização de demandas das frações dominantes” a nível local (ARAÚJO, 2012, p. 9). Até 1868, os cargos de Presidente de Província e Presidente dos institutos era vinculado, ou seja, podemos considerar que a *boa sociedade*, utilizava essas instituições para reforçar sua posição diante do governo imperial. A nível local, realizavam estudos científicos e publicações sobre os resultados obtidos; publicações estas que adquiriam visibilidade nacional ao serem incorporadas aos relatórios anuais do MACOP. Afinal, “os Imperiais Institutos eram mantidos com recursos do governo, mas também de seu quadro de associados. Sua diretoria não recebia salários e não foram funcionários do governo estritamente” (ARAÚJO, 2012, p. 8).

Aqui, as relações entre a classe dominante agrária e o Estado imperial eram sustentadas pela prática de um outro pilar da estrutura saquarema, o *liberalismo estamental*. Além disso, os saquaremas estavam empenhados em reformular a relação entre agricultura e civilização. Num país de porte agrário, onde a grande lavoura de exportação regia a economia, a escravidão era indispensável a esse empreendimento. Era o *mundo do trabalho* que deveria preparar o terreno para que o *mundo do governo* promovesse a civilização. Isto é, mais uma vez essas categorias eram reforçadas por ação de uma via institucional: os institutos de agricultura.

Se retornarmos ao trabalho de Ilmar Mattos, podemos argumentar que os esforços realizados em ambas as instituições, fosse para a construção de narrativas históricas quanto para a capilarização da agronomia, alinhavam-se ao projeto de *expansão para dentro* do saquaremas (MATTOS, 2018, p.

24). Ao mesmo tempo que enfatizavam as diferenças entre as localidades, colocavam estes mesmos territórios sob as determinações daqueles que se constituíram enquanto dirigentes imperiais. É importante ressaltar que a produção destes institutos circulava e era capaz de alcançar a sociedade civil, revelando o *lugar* estratégico que tais instituições científicas ocupavam enquanto articuladoras da nova geografia imperial brasileira.

Com o devido cuidado, tentamos exemplificar aqui a escolha pelas categorias analíticas pois elas representam os *fiões* com os quais buscamos compor nosso quadro teórico e nosso posicionamento historiográfico sobre as instituições de ciência no processo de complexificação da sociedade imperial. As instituições científicas que elencamos eram definidas por componentes relativamente constantes: a operação de *categorias simbólicas elementares* (SAHLINS, 2003, p. 14) como os atributos de *liberdade, propriedade e nacionalidade*, decorrentes dos elementos ditos como estruturais do projeto saquarema. A estrutura está justamente nas distinções criadas pelos atributos e nas relações constantes que decorrem delas. Por consequência, as instituições ocuparam *lugar* preponderante no processo de imaginação social e geográfica deste território, inserindo em um projeto de *expansão para dentro* que visava evidenciar uma certa estabilidade político-econômica e forçar a ideia de nação nos diferentes estrados que formavam o corpo social desse Império.

É possível identificar na agenda das instituições do período saquarema uma forte perspectiva política: a nação precisava ser *construída por eles e para eles*. E *eles* eram os que compunham o restrito *mundo do governo* ou a *boa sociedade*. Os saquaremas almejavam se colocar como vanguarda da *mudança*, ou seja, aqueles capazes de elaborar uma nova estrutura de funcionamento e ordenação do império a partir do 7 de abril. Situando nossa interpretação sobre o panorama científico, podemos dizer, que na disputa pela proeminência político-científica em âmbito local, algumas instituições, possuíam como função criar parâmetros a serem impressos na sociedade, tais aqueles que compunham as bases da estrutura saquarema. Ao mesmo tempo, estas instituições se inserem numa conjuntura mais ampla, onde tais parâmetros são passíveis de comparação e reformulação pelo grande intercâmbio de categorias de diferentes ordens.

A emergência de novas categorias e a crise da estrutura saquarema

As décadas de 1870 e 1880 compõem um período efervescente, onde há uma grande aceleração na circulação de novas categorias; resultado imediato de uma *conjuntura* histórica que,

adiante, desencadeará uma intensa reformulação da geopolítica internacional. É neste mesmo recorte que há uma guinada no que concerne ao papel das instituições científicas no Império do Brasil, interferindo na produção de novos rótulos e classificações.

Acima apresentamos como a “tradição nacional” característica do Segundo Reinado — e, conseqüentemente, dos dirigentes saquaremas — diferenciava-se da “tradição colonial” vigente durante o Primeiro Reinado e parte do período Regencial. Apresentamos igualmente os elementos e categorias que as caracterizavam e que, de certa maneira, foram operacionalizados pelas instituições científicas em cada momento. Neste terceiro tópico (como precisamos nos ater ao recorte teórico-metodológico), vamos introduzir o que podemos chamar de uma terceira tradição: a “tradição reformista”; a qual pode ser atribuída aos expoentes dos movimentos sociais republicano e abolicionista. Podemos datá-la entre 1870-1889.

Aqui, um novo *evento* alavancará a mudança na estrutura: a Guerra do Paraguai (1864-1870). Ele determinará a formação de uma conjuntura interna de tensões e disputas, somando-se às repercussões dos conflitos internacionais que desencadearam a abolição da escravatura nos Estados Unidos (1863) e em Cuba (1868).⁴ No despertar da década de 1870, o Brasil figurava como o último Estado escravista. De todos os lados surgiam contestações.

No panorama externo, a Inglaterra pressionava o Brasil desde a década de 1850. A historiografia determina que é na década de 1850 com a determinação do fim do tráfico negreiro atlântico, que se inicia uma reviravolta nas percepções sobre o *status quo* da *classe senhorial*. Tendo como ponto de partida o fato que a escravidão era a instituição chave para definição dos demais lugares sociais, esta *classe senhorial* se empenhou em evitar que seu poder e seus projetos se fragmentassem de imediato. Se Sahlins defende que “toda tentativa consciente de impedir a mudança ou mesmo de adaptá-la traz consigo outras mudanças”, podemos tomar essa assertiva como guia para compreender as mudanças empreendidas no âmbito das instituições imperiais com base neste movimento denominado de ‘Reformismo’.

A crise estrutural é evidenciada quando as relações sociais começam a mudar seus signos ou a ressignificar através de novos arranjos e categorias (SAHLINS, 2003, p.143). Assim, no panorama

⁴ Um estudo detalhado sobre a presença da escravidão nos três últimos Estados escravistas é a tese de doutoramento de Tâmis Parron, **A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2015.

interno, começa a surgir uma geração que dará origem aos grupos contestadores da *estrutura* construída pelos saquaremas. A chamada Geração de 1870 representa um conjunto de movimentos que exercerá pressão contra essa estrutura, até a sua *mudança*. Isso afetou não só os valores da sociedade imperial, mas também teve impacto em suas instituições.

Cabe atentar aqui aos preceitos agenciados pelos novos grupos sociais emergentes neste período: *progresso*, *civilização* e *modernidade*. Este período é permeado por um intenso debate entre positivistas e cientificistas, debates esses sobre liberalismo, evolucionismo e outros ideais emergentes das teorias da época. Segundo Angela Alonso, os reformistas estavam envolvidos por uma certa noção de (r)*evolução* social, a qual irromperia a década de 1880 determinando que: a) escravidão era “incompatível” com a noção de civilização (ALONSO, 2014, p. 103); b) a monarquia era “arcaica e obsoleta” (ALONSO, 2014, p. 105) e, por fim, c) que os processos de secularização (ALONSO, 2014, p. 109) e modernização (ALONSO, 2014, p. 111) eram inevitáveis. Ou seja, era uma contestação direta aos pilares que sustentavam a estrutura saquarema e, por conseguinte, a monarquia.

A partir dos ideais de civilização, progresso e modernidade os grupos contestadores passam a colocar em xeque esta ordem culturalmente estabelecida e pretensamente estável. A década em que floresceu o reformismo, foi marcada pela cisão no seio do partido conservador. O reformismo dessa geração, surgiu dentro de um cenário propiciado pela crise no Partido Conservador, devido à uma forte pressão de uma de suas alas em favor da modernização da economia e do sistema político-teológico adotado no Brasil:

O confronto entre essas facções explicitou-se na virada da década de 1860 para a de 1870, quando os liberais se insurgiram contra as prerrogativas do Poder Moderador, e a parte moderada do Partido Conservador enfrentou os “emperrados”, iniciando uma reforma modernizadora. A consequência: crise nos dois partidos e esboroamento do acordo entre as facções da elite que mantinha o *status quo* imperial. Parte dos liberais abandonou o sistema oligárquico e acenou com aliança para grupos marginalizados pelos partidos oficiais. E assim nasceu o Partido Republicano”. (ALONSO, 2014, p. 89)

Na medida em que nosso quadro teórico dá maior enfoque à intrínseca relação entre as instituições científicas e os projetos políticos, podemos, portanto, relacioná-lo às categorias vigentes desses dois últimos momentos do panorama imperial. As instituições científicas ocupavam-se de reforçar o virtual monopólio da propriedade, do status e da estrutura político-social como instrumentos políticos. De um lado, contribuía para a emergência de novas categorias, mas de outro, estavam intrinsecamente ligadas a um processo de consolidação das redes de influência locais. É possível inferir que, através dessas tensões e dinâmicas político-científicas, se realizam transformações na estrutura, as quais são igualmente transpostas para o âmbito da sociedade civil.

Se retomarmos como exemplo o IHGB, é possível afirmar que embora houvesse ali uma forte presença de políticos e intelectuais dos círculos mais próximos do Imperador (GUIMARÃES, L., 1995), a partir da década de 1870, se tornou igualmente *lugar* de intensas disputas sobre concepções narrativas e elementos que compunham o passado histórico brasileiro (GUIMARÃES, M., 1988; FERREIRA, 2007).

Aventar a possibilidade de inserção dessa nova geração no meio político, trouxe à tona também os “tabus” (SAHLINS, 2003, p. 178) do império, como o sistema monárquico, a escravidão como instituição base desse sistema e o papel do catolicismo como legitimadores desse estado. Para o tema da escravidão, evocou-se a pauta abolicionista. Intelectuais negros como Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio membros desses grupos antes marginalizados, uniram-se em prol de um movimento reformista do sistema político e social brasileiro. Alonso define que estes grupos orbitavam ao redor da corte como círculos concêntricos (conceito proposto por Ilmar Mattos), os quais não deveriam se interconectar a fim de garantir a permanência da tradição construída sob a direção saquarema” (ALONSO, 2014, p. 92). Uma tradição que, como já vimos, era, antes de tudo, excludente.

Foi neste quadro que se abriu a possibilidade de reformulação das categorias elementares. Tais grupos estavam situados em uma “*estrutura de oportunidades* políticas favoráveis” (ALONSO, 2014, p. 92) a nível nacional, bem como inseridos em um contexto de movimentos políticos-intelectuais liberais e revolucionários; como a Comuna de Paris (1864), a abolição da escravidão nos EUA após o fim da Guerra de Secessão, entre outros acontecimentos. Neste diapasão, as estruturas

básicas do tempo saquarema, ou melhor, da “tradição nacional”, foram colocadas em xeque pela Geração de 1870 como contrapontos à marcha da civilização ocidental.

O reformismo ganhou dimensão nos debates públicos, introjetando-se também nas instituições de ciência, mesmo naquelas que permaneciam ligadas direta ou indiretamente à coroa. A coroa tentava administrar as fissuras que começavam a aparecer nesse sistema, isto é, buscava assegurar a reprodução da ordem imperial a partir da ressignificação das categorias. Num primeiro momento, promovendo reformas administrativas no corpo político e no sistema legislativo que regia a escravidão, como a Lei do Ventre livre (1871). Depois, com reformas nas instituições de ciência de maior projeção, como o Museu Nacional — grande promotor da imagem do Império com suas exposições — e o Imperial Observatório — instituição que desde a década de 1860 representava o Brasil nas Exposições Universais —, ambas as reformas, realizadas no início da década de 1870. Posteriormente, o governo atuou criando novas instituições de caráter oficial a fim de ampliar os espaços nos quais os estratos intermediários da sociedade poderiam ter acesso, como a Escola de Minas de Ouro Preto (1875) e a Imperial Estação Agronômica (1887) (DANTES, 2001, p.18). Mas esse aparato institucional não poderia continuar a sustentar os projetos e interesses edificados durante o tempo saquarema.

Na década de 1880 as fissuras se tornam cada vez mais evidentes. A ciência deveria estar, antes do mais, a serviço do progresso e este era incompatível a manutenção da escravidão e de outras instituições como a própria Monarquia. Caíam por terra os atributos de *liberdade* e *propriedade*. Caía com eles o sistema de divisão de mundos — governo, desordem e trabalho. A partir de 1889, com a queda da Monarquia e a abolição da escravidão esta sociedade passaria por um processo de reformulação de sua *estrutura*, uma *mudança* profunda e radical.

Considerações finais

Os trabalhos de Mattos (1987; 2018), Alonso (2014) e Sahlins (2003) forneceram um importante arcabouço conceitual para pensarmos nas categorias emergentes e em disputa nesta sociedade. Decerto, nossa interpretação buscou demonstrar a forte relação entre o universo da política e a institucionalização das práticas científicas no período. Era principalmente em espaços político/científicos que se definiam os paradigmas do passado e os projetos para o futuro da nação. Como nos lembra Sahlins, “é somente pela diacronia interna da estrutura que podemos compreender

a ambiguidade de tais formas lógicas como a síntese (das categorias) ou a determinação contextual de valores como uma determinada valorização de contextos” (SAHLINS, 2003, p. 132).

A fim de concluir nosso debate historiográfico, ressaltamos o fato de que, tanto para Ilmar Mattos quanto para Angela Alonso a mudança na *estrutura* (ou mesmo a ruptura desta), é sem dúvida, uma resposta à aceleração da *mudança* social provocada por um evento, o qual desencadeia o desgaste das bases que a sustentam. Vimos que a contestação dessas bases pode surgir de questões de ordem política, econômica, ou mesmo científica, influenciadas por conjunturas de ordem interna ou externa. Entendemos que as tensões entre os grupos é o que delinea as dinâmicas sociais culturais.

Ao evidenciarmos que a ideia de estrutura não é estática, propomos reconhecer que ela nos oferece uma dimensão comparativa entre os diferentes momentos que compõem a trajetória do Estado imperial brasileiro. A elasticidade das tramas que estruturam o tecido social, pois elas, certamente, não eram tão rígidas. No entanto, um aparato institucional funcionou, no tempo saquarema, como aporte para imprimir as categorias sociais, políticas e culturais deste projeto.

A guinada para o que se entendia como modernidade surgiu num intenso debate entre as percepções de “novos” *versus* “velhos tempos”, relativizando o lugar dos fios estruturantes da sociedade imperial. Os atributos e as categorias predeterminadas, os quais formavam as bases do poder imperial, definiam nos âmbitos simbólico e prático o conjunto da estrutura saquarema. Posteriormente, seguindo a linha interpretativa de Angela Alonso, apresentamos como o questionamento de tais categorias levou à derrocada da estrutura e, conseqüentemente, do Império. Podemos dizer que o movimento reformista que se propôs a reavaliar essa *estrutura* estava antes voltado para a promoção de “novos tempos” modernos e científicos no Brasil imperial, em contraposição aos “velhos e arcaicos tempos” monárquicos.

Deste modo, consideramos que no exercício analítico, principalmente no âmbito da perspectiva institucional, esta noção de *estrutura* ainda pode nos ser útil para compreender a articulação de referências históricas reforçadas por um conjunto de práticas, categorias e demais elementos simbólicos definidos por um determinado grupo dominante. Do mesmo modo, é possível depreender que pressões internas e externas são capazes de gerar “transformações na estrutura” ou, até mesmo, sua ruptura. A estrutura era regida pelas bases que compõem o âmbito da vida prática e das dinâmicas sociais do império. As categorias e atributos que a compunham eram constantemente

negociados por ações individuais e coletivas. No entanto, determinados eventos balizam as conjunturas internas que permitiram sua reformulação. Contudo, há de se ressaltar que alguns elementos da ordem imperial se entranharam de tal modo no tecido social, que ainda hoje podemos ver seus vestígios.

Ilmar escreveu que “os saquaremas tinham também os olhos no futuro” (MATTOS, 2018, p. 37). Podemos não concordar com a política saquarema, mas talvez nós historiadores também tenhamos que ter os olhos no futuro, principalmente num momento em que as nossas instituições sofrem tantos ataques.

Referências bibliográficas:

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil imperial**, Volume III: 1870-1889. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp. 83-118.

_____. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de (Org.). **Ciência em Perspectiva**. Estudos, ensaios e debates. Volume 1. Rio de Janeiro: MAST / MCT - SBHC, 2003.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. Ampliando o “Laboratório”: uma releitura de O tempo saquarema via história das ciências no Império. In: (Conferência) **Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder**: Sociedade Civil. NUPEHCIT. Universidade Federal de Uberlândia. 2012

ARAÚJO, Nilton de Almeida. **Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)**. 2010. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2010.

AZEVEDO, Fernando de. (Org.) **As Ciências no Brasil**. 2 Vol. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

BEDIAGA, Begonha. **Marcado pela própria natureza: o Imperial**. Instituto Fluminense de Agricultura, 1860 a 1891. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2014.

CHALHOUB, Sidney. “Prefácio”. IN: MOTTA, Marcia. **Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / APERJ, 1998.

DANTES, Maria Amélia M. (org.). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800 – 1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DANTES, Maria Amélia M. As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil. IN: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto P. (Orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001b. p. 225-234.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. “Ciência, um caso de política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império”. **Resgate** – Revista Interdisciplinar de Cultura. V. 6, n. 7, p. 121-126, 1997.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A ideia de progresso no processo de institucionalização nacional das ciências no Brasil: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. In: **Asclepio**, Vol. XLVIII, 1996. pp. 149-162.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **Ciência um caso de política**. As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império. 1995. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

EDLER, Flávio Coelho. A institucionalização da medicina no Brasil imperial. In: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de (Org.). **Ciência em Perspectiva**. Estudos, ensaios e debates. Rio de Janeiro: MAST / MCT - SBHC, 2003, v. 1, p. 41-59.

EDLER, Flávio Coelho. **A constituição da Medicina Tropical no Brasil oitocentista**: da Climatologia à Parasitologia Médica. 1999. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FERREIRA, Lucio Menezes. **A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)**. 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2007.

FERREIRA, Lucio Menezes. **A Arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2002.

FERRI, Mário; MOTOYAMA, Shozo. **História das ciências no Brasil**, 3.vol. São Paulo: EDUSP, 1979-80.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. (org.). **Um olhar sobre o passado**: história das ciências na América Latina. Campinas, SP : Ed. da Unicamp ; São Paulo : Imprensa Oficial, 2000.

FIGUEIRÔA, Silvia. “Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XIX)”. **Asclépio**, Vol. 1. L. 2., 1998. p. 108-123.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. **A formação das ciências geológicas no Brasil**: uma história social e institucional. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, ano 156, número 388, jul/set 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, RJ, n. 1, 1988.

HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto P. (Orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita Monteiro. **Ampliando o Estado Imperial: Os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888**. 2008. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2008.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita Monteiro. **Engenharia Imperial: O Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil imperial**, Volume II: 1831-1870. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. pp. 13-51.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; [Brasília/DF]: Instituto Nacional do Livro, 1987.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Tradução por Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SALDAÑA, Juan José. Ciência e identidade cultural: História da ciência na América Latina. FIGUEIRÓA, Sílvia F. de M. (org.). **Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. Campinas, SP : Ed. da Unicamp ; São Paulo : Impr. Oficial, 2000.

SILVA, Márcia Regina Barros da. A escrita da História das ciências na América Latina e seus debates. **Revista de História Iberoamericana**, 2016, Vol. 9, Núm. 1. pp. 67-89.

PARRON, Tâmis, **A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2015.